

ESTATUTO DO IDOSO, EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMARCA DE PATOS

Orientadora: Prof^a. Ms. Maria do Socorro Nóbrega

Colaborador: Prof. Esp. Paulo José de Assis Cunha

Alunos-Pesquisadores: Jéssica Garcia Soares; Matheus Vinicius Diniz da Silva; Mislene Lima da Silva Almeida; Pedro Osvaldo Rodrigues Maranhão; Williane Livia Fernandes de Andrade.

RESUMO

No mundo moderno uma constância que tem-se verificado frequentemente é o envelhecimento da população. O avanço da tecnologia, da ciência e das políticas de melhoria de vida, ainda que não seja equânimes, acabam por contribuir com uma melhor qualidade de vida e o combate de mazelas que antes eram motivos de encurtamento da vida humana. Nesse ínterim, mostra-se fundamental compreender novas necessidades dessa população e o papel que o Estado possui frente a esse cenário. A existência de leis para implementar políticas pública que objetivem a reestruturação das Cidades é medida urgente, ante a constatação que inevitavelmente teremos que rever conceitos e escolhas frente a essa nova roupagem de sociedade.

INTRODUÇÃO

É característica nítida no meio social hodierno, que a população mundial esta envelhecendo. Nesse sentido em consonância com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que vislumbra o ser humano sob ótica central, no sentido de atribuir-lhe dignidade a partir de sua condição de pessoa humana, conferindo-lhe isonomia, mas também, direito à diferença é que a necessidade da integração do Estado a criação de políticas públicas para a população idosa mostra-se extremamente relevante e urgente.

Assim, o presente trabalho embasa-se nas necessidades específicas do grupo composto pelas Pessoas Idosas, que, apesar de inserido na contingência garantista do ordenamento jurídico, e mesmo sendo observado por normas específicas, a exemplo da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, ainda é carente de proteção em diversos outros aspectos.

Neste diapasão, é imprescindível pontuar a necessidade e interesse de promover melhoria estruturais e também de oportunidade para a pessoa idosa que cada vez mais corresponde a parcela crescente da nossa sociedade.

A existência de políticas identificadas com a pessoa idosa na Cidade de Patos, mostra-se fundamental para a readequação desse grupo social que já é realidade e que responde por uma parcela razoável de atenção em nossa Cidade.

Como exemplo de atividade integrativa encontra-se em desenvolvimento o Programa Habitacional Cidade Madura projeto pioneiro no Brasil que tem por objetivo promover o acesso da pessoa idosa à moradia digna, equipamentos para a convivência social e lazer.

Desse modo, urge destacar cada vez mais a necessidade de programas com esse fim, e que portanto possam dar efetividade a integração já exigida por nossa legislação.

Portanto, promover o incentivo a discussão acerca dessa tema é necessário a fim de cada vez mais rápido e duradouro ser inserida essa nova realidade social, readequando a ótica do Estado para uma abordagem acolhedora e protetiva a esse grupo social que inevitavelmente todos faremos parte.

.

OBJETIVOS

Identificar fatores e características relacionadas à Existência e Implantação de Políticas Públicas na Cidade de Patos.

Analisar o processo de construção de melhorias para a população da terceira idade na Cidade;

Discutir propostas e projetos que possam facilitar a vida da pessoa idosa.

Desenvolver uma discussão sobre as necessidades do idoso com o objetivo de efetivar o cuidado e a atenção garantida na Constituição Federal.

METODOLOGIA

A metodologia adotada de pesquisa descritiva, com a finalidade de analisar o tema proposto. Para o desenvolvimento da pesquisa, houve a utilização de diplomas legais e livros com abordagem no assunto desenvolvido, de modo que as técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e a documental.

A abordagem utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi a qualitativa, com a análise crítica e reflexiva dos dados coletados. Quanto ao método de abordagem utilizado, este foi o método dedutivo, através do qual se buscou analisar uma situação geral para chegar a um caso particular.

Por fim, quanto aos métodos de procedimento, inicialmente fez-se a utilização do método histórico, passando para o método interpretativo (interpretação de diplomas legais), chegando, por fim, ao método analítico, através do qual se buscou analisar as informações coletadas em fontes doutrinárias e diplomas legais, correlacionando com a temática proposta.

.

VALIDAÇÃO

Os resultados obtidos por meio deste trabalho refletirão diretamente sobre os aspectos sociais dos participantes. Nesse sentido, a percepção da necessidade da discussão e da exigência do papel do Estado da efetivação de medidas públicas que promova as necessidades da pessoa idosa mostra-se urgente e imediata. Portanto, os resultados obtidos tem favorecido o desenvolvimento novas hipóteses para o problema; Dessa forma, espera-se que essas teorias possam servir de base para trabalhos semelhantes, no intuito de efetivar a cobrança de políticas públicas de valorização do idoso.

REFERÊNCIAS

- ANAZAWA, Tathiane; DO CARMO, Roberto Luiz. Diálogos da demografia espacial: o caso do terremoto e tsunamis, ocorridos no Japão em 2011. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, XVII., 2015, João Pessoa-PB. Anais. Págs. 2427-2434.
- BARRERA, A. A et al. A EVOLUÇÃO DO DIREITO RESILIENTE NO BRASIL. Congresso Estadual de Prevenção dos Efeitos da Estiagem Norte e Noroeste. Campo dos Goytacazes - RJ, 2018. Disponível em: <<http://preserve.rio.br/wp-content/uploads/2018/09/Direito-Resiliente-Artigo.pdf>>. Acesso em: 16/04/2023
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- ENES, G. L. D. e SANTOS, H. L. LEVANTAMENTO HISTÓRICO DOS PRINCIPAIS DESASTRES AMBIENTAIS OCORRIDOS NO BRASIL. Repositório Institucional do Conhecimento - RIC-CPS. 2021. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/6850>. Acesso em: 17/04/2023.